

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 60ª Reunião Ordinária

Data: 09/11/2016

Local: Subsolo do CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (SMU/CGPU/CMP); Claudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta Gomes (SMU/CGPU/CMP); Samir Costa (SMU/CGPU/CMP); Maria do Carmo Camocardi (SMU/CGPE); Gracira Silveira (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Ricardo D'orsi (Geo-Rio); Paulo Jardim (Comlurb); Jeanice Magina (IRPH); Henrique Mendes Torres (CET-Rio); Elke Shulze Bittar (SEOP); Edson Fabiano Alves CDURP); Luís Fernando Valverde (IPP); Adriana Vial (IPP); Elvira Maria Rossi (Rio-Urbe); Andrea Cardoso (FPJ); Roberta Teixeira Gama (CVL); Adriana Griner (CVL).

Convidados e Observadores: Bruna Miceli (SMU/CGPU/CMP); Maria Cecilia Ribeiro (SMDS); Josileide Militão (SMDS); Gabriela Morena (SME); Ilan Cuperstein (C40); André Sales (Quanta Lerner); Lyvia Chaves (Quanta Lerner); Ricardo Pontual (Quanta Lerner); Kelly Esch (SMU/CGPU).

A reunião foi iniciada às 10 horas.

Assuntos tratados:

Daniel (CMP) inicia a reunião informando que o Diagnóstico Urbano Ambiental da Cidade do Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana/Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor - SIPlan/CTPD, em 2015, apontou para uma série de demandas intersetoriais e

recomendações de caráter transversal que perpassam diversas políticas vinculadas ao desenvolvimento urbano do Município. Neste contexto, em 2016, o SIPlan/CTPD iniciou uma nova forma de atuação, consolidando uma forma de trabalho intersetorial através dos Grupos de Ação (GAs) de Equipamentos Urbanos e de Habitação de Interesse Social. Estes temas foram previamente acordados com os membros do CTPD no início do ano de 2016, com base nas recomendações do diagnóstico realizado anteriormente.

Daniel (CMP) passa a palavra a Monica Bahia Schlee, arquiteta paisagista e urbanista, e Bruna Miceli, geógrafa, membros da equipe da Coordenadoria de Macroplanejamento da Coordenação Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, que iniciam a apresentação sobre o Plano de Ação para Implantação de Equipamentos Urbanos.

Monica (CMP) observa que o foco do presente trabalho foram os equipamentos de educação (política de ensino em turno único), saúde (política de saúde da família) e assistência social. Dentre as justificativas para a escolha destes focos destaca-se a crescente demanda pela construção de novos equipamentos urbanos de educação e saúde nos últimos anos. Verificou-se que a localização destes equipamentos no espaço urbano, apesar de acertada sob o ponto de vista setorial (em relação às demandas da educação e saúde), necessitava estar articulada a outras políticas, entre as quais as de uso do solo, mobilidade, meio ambiente (principalmente em relação às áreas verdes e às praças), habitação e assistência social, possibilitando um tratamento mais abrangente e integrado das políticas sociais e de desenvolvimento urbano e arranjos territoriais mais equânimes, com a redução dos conflitos gerados pelo processo de seleção de terrenos.

Em relação à política de assistência social, como não havia um direcionamento previamente estabelecido pela SMDS quanto à instalação de um determinado equipamento, optou-se, por indicação deste órgão, por utilizar como proposição o projeto realizado pela SMDS e RIOURBE dos Espaços Cariocas de Cidadania, projeto ainda não implementado de um conjunto de equipamentos de assistência social, que reúne quatro equipamentos com funções complementares, incluindo uma sede de Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Conselho

Tutelar. Desta forma, foram considerados como referência os seguintes equipamentos: as Clínicas da Família, as Escolas de Turno Único e os Espaços Cariocas de Cidadania.

Monica (CMP) informa que o trabalho que será apresentado foi coordenado pela equipe da CMP e contou com a parceria dos seguintes órgãos: SME, SMDS, SMS, RIOURBE, IPP, SMF/SPA, C-40, SMU/CGPE, SMU/CGPU/CMP, CPL e CPT. A elaboração deste plano contou, em todas as suas etapas, com a interlocução e troca de informações, conhecimento e experiência dos representantes dos órgãos setoriais responsáveis pela implementação das políticas de educação, saúde e assistência social, além dos representantes da Rio-Urbe e IPP, cujas participações foram fundamentais para a obtenção dos resultados e os avanços das discussões. Foram realizadas 12 reuniões internas e 26 reuniões externas ao longo do ano de 2016.

Monica (CMP) observa que o trabalho ainda está em processo de finalização, com término do relatório final previsto para o fim do mês de novembro, e está aberto a sugestões dos membros do comitê e dos demais órgãos parceiros. Em seguida inicia a apresentação sobre a metodologia e os resultados do trabalho, que envolveu os seguintes aspectos e etapas:

Legislação, Processos e Procedimentos Operacionais

- Levantamento da problemática e da legislação vigente
- Prospecção e mapeamento dos processos de seleção de terrenos para implantação de equipamentos urbanos com funções sociais
- Propostas de readequação

Áreas Potenciais e Prioritárias

- Identificação de critérios para seleção de áreas potenciais e prioritárias (acessibilidade, restrições ambientais, vulnerabilidade social, demandas setoriais)
- Mapeamento de áreas potenciais e prioritárias de acordo com o critérios estabelecidos e com as demandas setoriais
- Indicação de terrenos nas áreas identificadas como prioritárias

- Aplicação de instrumentos para disponibilização de terrenos, provisão de recursos e viabilização de obras

Modelos de Implantação e Novas Soluções Arquitetônicas

- Indicação de novas soluções arquitetônicas, arranjos e modelos de implantação

O processo de prospecção e mapeamento dos procedimentos para implantação de equipamentos urbanos foram realizados para as políticas de Educação e Saúde, uma vez que envolveram: mapeamento dos fluxos de procedimentos operacionais; levantamento dos procedimentos para licenciamento; levantamento dos procedimentos de desapropriação e levantamento de possíveis conflitos e impactos na vizinhança.

O levantamento da legislação vigente sobre Equipamentos Urbanos abrangeu normas gerais (leis, decretos e resoluções específicas) com indicações sobre conceitos e parâmetros estabelecidos para doações de áreas para esta finalidade para toda a cidade, normas locais específicas e projetos de lei dos regulamentos urbanísticos, em análise na Câmara dos vereadores desde 2013.

Monica (CMP) observa que os critérios estabelecidos para a escolha dos terrenos abrangem: localização em áreas com acessibilidade; com vulnerabilidade social; densamente povoadas; com disponibilidade de infraestrutura básica de água, esgotamento sanitário, drenagem, energia, rede elétrica e iluminação pública; próximas a polos com infraestrutura social existente (MCMV e outros equipamentos públicos) e terrenos com regularidade/legalidade fundiária e dimensões de: 1500m² a 2800 m² (Espaços de Desenvolvimento Infantis, Clínicas da família); 2000m² (Espaços Cariocas de Cidadania), e 5000m² (Escola do Amanhã).

Bruna Miceli (CMP) informa que o processo de mapeamento das áreas potenciais e prioritárias para implantação de equipamentos foi realizado com base nestes critérios em diversas etapas encadeadas:

Etapa 1 – Acessibilidade

Identificou-se como área potencial a área de influência de 1 km das estações de trem, metrô, BRT e barcas e área de influência de 500 m das principais vias com circulação de

ônibus.

Etapa 2 – Vulnerabilidade Ambiental

Foram identificadas e retiradas do universo de análise as áreas de restrição à ocupação; áreas com cobertura arborea, afloramentos rochosos e depósitos sedimentares, corpos hídricos, áreas sujeitas a inundações e áreas agrícolas (com base no Mapa de Uso do Solo de 2015 elaborado pelo IPP); áreas acima da cota 60 (Decretos 6168/1973 e E 322/1976) e praças.

Etapa 3 – Priorização: Áreas Socialmente Vulneráveis

Para a identificação das áreas prioritárias para implantação de equipamentos sociais foram identificadas das áreas socialmente vulneráveis, utilizando-se o Índice de Progresso Social no Rio de Janeiro – IPS RIO DE JANEIRO 2016, iniciativa da rede Progresso Social Brasil, parceria entre o Instituto Pereira Passos (IPP) e Social Progress Imperative (SPI). A unidade de análise do referido índice é a Região Administrativa (RA). Para o mapeamento do IPS de Vulnerabilidade Social, que engloba os resultados da saúde, educação e assistência social, foram identificadas e mapeadas as Regiões Administrativas que mais apresentam indicadores com baixo desempenho em cada uma das políticas (pela soma das ocorrências). Desta forma, o Mapa Vulnerabilidade Social indica o número de ocorrências de determinado indicador por política em cada Região Administrativa. Foram identificados os 16 piores resultados por política, equivalentes à metade do número de Regiões Administrativas da Cidade (os resultados para Paquetá não foram computados pelo IPS). Em seguida, foram identificadas as Regiões Administrativas que mais apresentam indicadores com baixo desempenho em cada uma das políticas (pela soma de ocorrências). Posteriormente, foi elaborado um Mapa Síntese, identificando as áreas mais carentes por equipamentos urbanos por política e a composição dos resultados de forma agregada. Esta estratégia de agregação de todos os indicadores de vulnerabilidade social em um Mapa Síntese foi referendada pelos órgãos setoriais vinculados às três políticas, de modo a possibilitar o retrato mais abrangente possível da situação de vulnerabilidade social na cidade (com base na análise do Índice de Progresso Social, o mais atualizado na época da elaboração deste trabalho), considerando-se uma condição de interdependência entre os fatores que compõem o quadro de vulnerabilidade social na cidade.

Etapa 4 – Priorização: Demandas e Condicionantes Setoriais

Situação atual e demandas setoriais futuras e áreas de atuação e capacidade de

atendimento setoriais.

Etapa 5 – Validação das Informações

Foram mapeadas a densidade populacional líquida; renda média familiar; localização das favelas e da infra-estrutura social (Programa MCMV e equipamentos existentes).

Etapa 6 – Priorização na Escala do Lote

Foram selecionados terrenos em três bases de dados: Base de dados do Sistema de Gestão de Terrenos Particulares e Próprios Municipais (SIGTEP, 2016); base de dados do Cadastro Nacional de Endereços (CNEFE) do IBGE (2010), analisados por SOUZA (2014), e base de dados do mapeamento de uso do solo (IPP, 2015).

Os dados apresentados sugerem vantagens importantes na priorização da implantação de equipamentos nas áreas identificadas com base nos critérios estabelecidos, de forma a evitar conflitos com áreas que desempenham funções ambientais e de lazer e para que os equipamentos possam ser usufruídos por um maior contingente populacional e para que sua atratividade no contexto urbano favoreça a implantação conjugadas das demais redes de infraestrutura e impactem de forma positiva o ordenamento territorial.

A análise do universo de imóveis com potencial para alocação de equipamentos foi realizada de acordo com os critérios de desocupação, localização e área útil. Para esta etapa do trabalho, foram selecionados apenas os endereços de imóveis não edificadas, de titularidade pública, privada ou não identificada. O universo de terrenos indicados como de interesse para implantação de equipamentos urbanos com funções sociais abrangeu 66 unidades. Destas, 42 foram consideradas de interesse para a implantação de equipamentos da rede de assistência social, 26 para implantação de equipamentos de ensino em turno único e 11 para implantação de equipamentos da saúde da família. Um mesmo terreno pode ter sido objeto de interesse por mais de um órgão e que as análises realizadas necessitarão ser ratificadas por uma avaliação mais aprofundada pelas equipes setoriais que trabalham em campo.

Com base nas trocas de informações e discussões com os diversos órgãos envolvidos, algumas linhas de ação para a formulação de uma Política de Implantação de Equipamentos Urbanos foram indicadas, a serem incorporadas na revisão do Plano

Diretor de 2021, contendo diretrizes, estratégias para implementação e gestão, incluindo indicativos para melhoria dos procedimentos operacionais e para regulamentação de instrumentos legais.

Além dessas, foram feitas proposições para implementação a curto prazo, que podem facilitar os processos e procedimentos operacionais para implantação de Equipamentos Urbanos. Estas proposições abrangem propostas para readequação da legislação existente; propostas de readequação, normatização e articulação de procedimentos operacionais; propostas para a readequação de fluxos dos procedimentos operacionais; indicação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo para fomento da implantação de equipamentos urbanos; propostas de novas soluções arquitetônicas e de implantação; estruturação de sistema integrado de planejamento, implantação e manutenção de equipamentos públicos, praças e parques públicos; sistematização de cadastro de terrenos, da demanda continuamente atualizada e da população atendida e diretrizes para estruturação do cadastro de terrenos. A criação de banco de terrenos constitui etapa fundamental para o planejamento das políticas de equipamentos públicos e de produção de habitação de interesse social.

A definição das áreas de aplicação de cada instrumento de uso e ocupação do solo para implantação de equipamentos urbanos é uma temática complexa e que apresenta variáveis e visões complementares que precisam ser consideradas. Esta definição será feita em função das finalidades como aquisição de terras, provisão de recursos e realização de obras, de forma regionalizada, tendo como unidade básica as regiões de planejamento. Para isso, deve-se elaborar regulamentações específicas sobre o tema, podendo estas estarem vinculadas a legislação de uso do solo local. Logo, este assunto deverá ser discutido com os órgãos setoriais e com a sociedade civil organizada, à luz do Plano Diretor e da Lei Orgânica do Município.

Monica (CMP) destaca os seguintes resultados e recomendações do trabalho realizado:

- Propostas de readequação da legislação; de procedimentos operacionais; de fluxos dos procedimentos operacionais e indicação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo; de propostas de novas soluções arquitetônicas e de implantação e proposições de novos arranjos, orientações e instrumentos

- Identificação de áreas potenciais e prioritárias e de terrenos para implantação de equipamentos urbanos;
- Realização de concursos públicos e convênios com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e com as universidades para elaboração de projetos completos de arquitetura, de urbanização e projetos complementares.
- Criação de comissão permanente no âmbito do órgão central de gestão destinada a avaliar a viabilidade da indicação dos terrenos potenciais identificados no mapeamento realizado e suas vocações para implantação de equipamentos urbanos.
- Análise das tipologias de equipamentos de educação e saúde existentes na cidade para identificar os pontos positivos e negativos dos projetos e programas arquitetônicos anteriormente construídos e implantados com vistas a discutir alternativas de projeto exitosas que possam ser usadas como repertório arquitetônico em novas soluções para o ensino em turno único.
- Estudo de alternativas de implantação no lote de modo a otimizar os usos em áreas infraestruturadas, incluindo a opção condominial (convivência de diferentes equipamentos no mesmo lote); a possibilidade de compartilhamento de compartimentos (áreas esportivas, áreas culturais, recepção, triagem, auditório, salas de reunião, etc) e a conjugada a outros usos (residencial, comercial, outros tipos de uso institucional)
- Sistematização de cadastro de terrenos, da demanda continuamente atualizada e da população atendida, com vistas a aprimorar a atuação das secretarias envolvidas na implantação e gestão dos equipamentos urbanos. O cadastro reunirá informações sobre os equipamentos existentes e terrenos ainda não ocupados cujas características os qualifiquem para abrigar equipamentos urbanos com funções sociais (banco de terras), sobre as instalações existentes, a demanda atualizada e a população atendida, concentrando informações das secretarias de desenvolvimento social, educação, saúde, habitação, fazenda, entre outras.
- Monitoramento das condições das instalações existentes, das demandas setoriais em andamento e futuras e da população atendida.

Monica (CMP) informa que a implementação do plano de ação elaborado durante o ano de 2016 e a estruturação do sistema integrado de planejamento e gestão de equipamentos públicos (incluindo sua implantação e manutenção), assim como a sistematização de um piloto de cadastro de terrenos, reunindo as diversas bases de

dados analisadas, são ações importantes a serem executadas a partir de 2017. Paralelamente, é necessário garantir a atualização sistemática da demanda pelos órgãos setoriais e a elaboração de um cadastro da população atendida pelos equipamentos existentes na cidade.

Cecilia (SMDS) parabeniza a equipe pelo trabalho realizado e lembra sobre a necessidade de detalhar o uso de indicadores sociais, de modo a se estabelecer um índice mais completo e abrangente, que poderia ser traduzido como Índice de Pobreza, de forma a possibilitar a construção de uma política social mais orgânica e abrangente.

Valverde (IPP) parabeniza a equipe pelo trabalho realizado e destaca a parceria realizada com o IPP para a utilização dos dados do Índice de Progresso Social.

Andrea (FPJ) parabeniza a equipe e os participantes do GA de Equipamentos Urbanos e sugere a elaboração de um plano de ação para o planejamento da implantação de parques e praças, nos moldes do que foi elaborado no ano de 2016 para equipamentos públicos de educação, saúde e assistência social, complementando assim o planejamento realizado em 2016.

Henrique (CET-RIO) observa a necessidade de se garantir amplo acesso aos equipamentos.

Claudia (CMP) observa que a elaboração deste trabalho intersetorial é um passo imenso em direção à consolidação do planejamento integrado na cidade, compatibilizado à política de uso do solo.

Daniel (CMP) encerra a reunião às 12:30h.

ENCAMINHAMENTOS

A apresentação do GA de HIS será realizada em reunião extraordinária do CTPD a ser realizada em 30/11/2016. As sugestões para complementação ou alteração do trabalho do GA de Equipamentos Urbanos deverão ser encaminhadas até esta data.